

O Condestável da Cruz de Lorena^{NR}

Petronio R. G. Muniz**

“Eu mantive a impressão, em contato com esse alto e fleumático homem – aqui está o Condestável de França.”

Winston Churchill, Maio 1940.

Primavera de 1927. Na École Supérieure de Guerre, um marechal de França dignava-se de apresentar pessoalmente àquele arcótipo o conferencista do dia. Um simples capitão de Infantaria, alto e taciturno. Aos circunstâncias, respeitosamente atentos, disse-lhes o vencedor de Verdun: “Senhores – ouçam o Capitão De Gaulle... Ouçam-no com atenção, pois dia virá em que a França reconhecida apelará para ele.”

Nenhum dos presentes, fosse Henry-Philippe Petain ou Charles André Joseph Marie de Gaulle, poderia dimensionar ou sequer intuir o conteúdo dramaticamente profético daquela apresentação.

Os deuses, para afastar dos homens maiores tormentos nesta vida, negaram-lhes o poder de desvendar o futuro.

Assim, por mercê divina e fraqueza humana, foram, naquele instante, poupados não os poucos privilegiados assistentes à reunião, mas todo o povo francês de antever as circunstâncias apocalípticas em que, treze escassos anos depois, aquele apelo haveria de ter lugar.

Verão de 1940. A beleza festiva da natureza emoldurava o crepe da agonia de uma nação guerreira. Ante um universo aturdido e estupefacto desenrolavam-se os últimos lanços da

maior catástrofe militar dos tempos modernos. O Exército francês, exemplo do mundo, espelho da existência de glórias da sua nação, estava batido. Desintegrara-se.

A Terceira República, em meio ao caos incontável, ao espírito de abandono e ao pânico quase generalizado, perdera o rumo. Soçobrava celeremente açoitada pelas vagas da invasão. Estertorava.

E, com o Presente brutalmente esfacelado pela *débâcle* militar, desacreditou no Futuro. Desacreditando, comprometeu-o, afrontando o próprio passado, crendo, desta feita, ceder a um destino inevitável.

Defrontada com o dilema inexorável de prosseguir a guerra fora das fronteiras metropolitanas, já cobertas pela maré montante do inimigo, ou cessar todas as hostilidades em separado, a Terceira República fez a sua escolha. Pediu armistício. Confessava-se definitiva e inapelavelmente vencida, decorridos apenas trinta e nove dias do lançamento da ofensiva alemã, ocorrida na madrugada de 10 de maio.

Por isso, a mesma voz que, vinte e quatro anos antes, repetira a imortal divisa *“Ils ne passeront pas”* por sobre as ruínas sangrentas, mas inexpugnadas, do Campo Fortificado de Verdun, informava, agora, a um povo em es-

^{NR} Conferência proferida pelo Dr. Petronio R. G. Muniz, em comemoração ao 62º aniversário do famoso L'appel do General De Gaulle, realizada na Biblioteca do Exército, na Cidade do Rio de Janeiro, em 18 de junho de 2002. Publicada novamente por ter sido editada com erros no nº 800 do 3º quadrimestre de 2004.

** O autor é historiador.

tupor, haver demandado ao inimigo um meio honroso de pôr termo à luta. O frio e as sombras envolveram as terras de França, em pleno calor do estio.

Naquele ocaso trágico de uma nação soberana, um pequeno avião voou rumo à Inglaterra. Nos longes da História, ressurgiam os torreões dos castelos-fortes acometidos, cinco séculos antes, por Joana, a Camponesa de Domrémy, em celeste missão de libertar o mesmo país de outro invasor.

Na cabine da aeronave, um homem seguia para o desterro. Expatriava-se voluntariamente naquela hora terminal. Náufrago, isolado, arriscava de uma só vez o “tudo” para quase todos. Nome, família, posição, carreira, futuro. De seu, nada lhe restava salvo a própria vida.

Mas esse homem solitário “*levava consigo, naquele pequeno aeroplano, a Honra da França*”.

Jamais a Grandeza fora tão pungentemente descrita como nessas poucas palavras do único homem que, naquela ocasião, era também grande bastante para dimensioná-la e senti-la – o indomável Leão Britânico Winston Churchill.

Na gesta gaulesa, surgia, agora, do fundo dos tempos e no torvelinho da tragédia, o seu mais puro e autêntico herói. Obedecendo ao que definiu como o “*apelo mudo mas imperativo da França*”, o filho cujo nome confundia-se com o da mãe-pátria seguia para o seu encontro marcado com o Destino.

Para retomar as palavras tocantes de Henry Amoureux, que admiravelmente traduziu esse apocalíptico instante:

“Detaché, et détaché par la plus rude des défaites, de son passé, de son milieu, de sa patrie, c’est à ce moment-là, sans doute, qu’il se donne pour ambition non seulement de relever de drapeau, ce qui pourrait être le fait de n’importe quel héroïque soldat de fortune, mais encore et surtout de devenir, en exil, l’intransigent représentant de la nation française, qu’il prétend incarner seul, sans outre mandat que celui du malheur.”

“Separado, e separado pela mais rude das derrotas, do seu passado, do seu meio, da sua Pátria, foi naquele momento, sem dúvida, que ele se deu por ambição não apenas levantar a bandeira, o que poderia ser o feito de não importa qual heróico soldado da fortuna, mas, ainda, e, sobretudo, de tornar-se, no exílio, o intransigente representante da nação francesa que ele pretendia encarnar solitariamente, sem outro mandato que o do infortúnio.”

Cometimento extraordinário. Intraduzível pela frase; inconcebível pela imaginação. Inexistente nos registros da História. Um homem isolado, no seu próprio dizer, “*desvalido de força ou de quaisquer das formas clássicas de legitimidade – eleição, mandato ou direito hereditário –, assumir os destinos do seu país na encruzilhada fatal da sua existência*”.

Do início dessa fabulosa saga, testemunhamos as *Memórias de Guerra*:

“Diante do vazio aterrorizante da renúncia geral, minha missão apareceu de vez, clara e terrível. Nesse momento, o pior da sua história, cabia a mim assumir a França.”

*“La France a perdu une bataille!
Mais la France n’a pas perdu la Guerre.”*

*“A França perdeu uma batalha!
Mas a França não perdeu a Guerra.”*

Quanto à natureza da missão “clara e terrível” a executar, nenhuma dúvida:

“O que eu estava resolvido a salvar era a Nação francesa e o Estado francês. O que eu tinha de trazer de volta à guerra não eram apenas os franceses, mas a França.”

O “trazer de volta à guerra” envolvia e transcendia infinitamente mais que a sublime luta pela redenção da honra de uma nação. Importava, sim, profeticamente, no conceito da natureza mundial do conflito, do qual as operações franco-alemães eram apenas o prelúdio.

"Rien est perdu parce que cette guerre est une guerre mondiale."

"Nada está perdido porque esta guerra é uma guerra mundial."

O "trazer de volta à guerra" representava a via dolorosa irremível de assegurar à França uma posição de relevância no mundo futuro, garantindo-lhe o lugar de prestígio que então "*par droit de conquête*" lhe caberia na História.

"Il faut que la France, ce jour-la soit presente à la victoire."

"Alors, elle retrouverá sa liberté et sa grandeur."

"É preciso que a França, nesse dia, esteja presente na vitória."

"Então, ela reencontrará sua liberdade e sua grandeza."

Acreditar nesses postulados em meio à catástrofe total, naquele sombrio junho de 1940, raríssimos visionários poderiam fazê-lo. Agir, em consequência, em perfeita sanidade mental, somente um homem seria capaz. Porque, para tanto, "necessitaria conduzir a própria França em si mesmo", como o expressou, em iluminadas palavras, André Malraux.

Proclama-o, insuspeitamente, Edmond Pognon, em seu livro admirável:

"Houve um momento, na história da França, em que ela existiu unicamente através desse ser; quando se encarnou inteiramente nele, quando, no rigor dos termos – ele foi a França."

A gênese dessa situação sem paralelo, encontramos-la, indubitavelmente, na "*certaine idée*" do General sobre a sua pátria, exprimida com estilo impecável em trecho antológico das *Memoires de Guerre*.

Admirando-a, misticamente, como "*a princesa de um conto de fadas ou a Madona dos afrescos*", acreditava-a votada a um "*destino eminente e excepcional*", incompatível com quaisquer outros

objetivos menos grandiosos. "*A França, tal como a vejo, não pode ser a França sem a Grandeza.*"

"La France ne peut être la France sans la Grandeur."

"A França não pode ser a França sem a Grandeza."

Esses nobilitantes sentimentos quedar-se-iam, porém, ignorados no limbo das boas intenções, não partissem eles de um homem excepcional, de um caráter "*hors de pair*"; irredutivelmente convicto de que sua pátria "*haveria de atravessar provas gigantescas*", consistindo-lhe, a missão de sua vida, prestar-lhes "*alguns serviços assinalados*", quando chegada fosse a ocasião.

Desvendando sua personalidade e filosofia de vida no surpreendente *Le Fil de l'Épée* (um dos melhores estudos já escritos sobre a liderança), o General projeta-se por inteiro quando analisa um dos elementos essenciais ao líder ideal de homens – o Caráter.

"Face à l'événement, c'est à soi même que recourt l'homme de caractère. Son mouvement est d'imposer à l'action sa marque, de la prendre à son compte, d'en faire son affaire."

"Loin de s'abriter sous la hierarchie, de se cacher dans les textes, de se couvrir de comptes rendus, le voilà qui se dresse, se campe et fait front."

"Em face do acontecimento, é a si próprio que recorre o homem de caráter. Seu movimento é impor a sua marca na ação, de chamá-la a si, de fazê-la o seu assunto.

"E longe de abrigar-se sob a hierarquia, de ocultar-se nos textos, de cobrir-se com relatórios, ei-lo que se ergue, firma-se e desafia."

E, em trágica premonição da catástrofe de 1940, explicita o seu comportamento ao profetizar:

"Mas, quando os acontecimentos se tornam graves, o perigo premente, quando a salvação comum exige iniciativa imediata, o gosto do risco e a soli-

dez... Uma espécie de vagalhão profundo impele ao primeiro plano o homem de caráter. Onde já se viu uma grande tarefa ser realizada sem que um homem de caráter sinta irresistível necessidade de agir?”

Finalmente, rompendo de golpe entre o formalismo e o essencial, deixa evidente que, nas grandes crises, os padrões regulamentares podem e devem ser ultrapassados, exemplificando-o através de concludentes exemplos históricos:

“Nada teria sido conseguido, se esses homens tivessem cedido aos conselhos da mesquinha prudência ou às sugestões de uma covarde modéstia.

“Mais do que isso, aqueles que realizam grandes coisas devem ignorar as convenções de uma falsa disciplina.

“Assim, Lyautey, conservando o Marrocos a despeito de ordens superiores. Assim, em 1914, Lanrezac, salvando o seu exército depois de Charleroi, rompendo o combate a despeito das instruções recebidas e, após a batalha naval da Jutlandia, ocasião, perdida pelos ingleses, de destruir a Armada alemã, Lorde Fischer, Primeiro Lorde do Almirantado, ao receber os relatórios do Almirante Jellicoe, comandante da Frota britânica, lamentava com tristeza: ‘Ele tem todas as qualidades de Nelson, salvo uma: não sabe desobedecer’.”

Portanto, a conduta do General, militar exemplarmente disciplinado, poderia ter surpreendido a muitos, exceto a ele próprio. O “*divortiorum aquarum*”, traduzido no “Apelo aos Franceses”, de 18 de junho de 1940, trouxe tão-somente ao conhecimento público uma vida cuja existência anterior havia sido uma preparação para essa hora e essa prova.

Corrobora esse juízo o trecho de Maurice Druont, escrito com o estilo e a autoridade de membro da Academia Francesa:

“Parece que ele (o General) jamais tenha duvidado, desde a infância, do papel excepcional que haveria de representar.

“Este papel, seu orgulho o reclamava, sua intuição o anunciava, seu pensamento nisso se preparava e sua paciência o aguardava.”

.....

“Ele estava pronto. Senão, como teria mostrado desde logo, uma tal certeza de si e uma tal exigência serena ao tratar de igual para igual as nações, quando era apenas um homem só, exilado de sua própria pátria?”

Essa conjunção de circunstâncias extraordinárias, única e certamente a última na história dos povos, possibilitou o milagre desconhecido de todas as teorias políticas.

Uma nação imersa na derrota – presa do desespero e da vergonha – ouvir ser proclamada, com o mundo inteiro por testemunha, em verdadeiro ato de fé, esperança e orgulho, a crença inabalável na sua ressurreição.

Afortunada França, que nas trevas do infortúnio encontrou tal filho respondendo-lhe o apelo.

“Ah, mère, tels que nous sommes, nous voici pour vous servir.”

“Ah, mãe, tal qual somos, eis-nos para vos servir.”

A recusa em aceitar como definitiva a derrota militar no território metropolitano, com fundamento nas razões cartesianamente argüidas de “*l’honneur, du bon sens et de l’interêt supérieur de la Patrie*” (“honra, bom senso e do interesse superior da Pátria”), corporificada no imortal documento, deu, assim, pública forma ao extraordinário contrato entre dois protagonistas não menos extraordinários: um homem predestinado e uma Pátria em agonia.

Pacto *sui generis* cuja resistência a três décadas de acontecimentos sem precedentes a todos enseja a perspectiva temporal suficiente para o dimensionamento da sua grandiosidade, alcance e profundidade excepcionais.

Sendo negados obediência às decisões de um governo em dissolução e reconhecimento a um regime incapaz de assegurar a soberania e a independência do país, com violação à or-

dem moral de um povo que, desde Vercingetorix, jamais se curvara à submissão, pôde o Estado francês, naquele instante supremo, encarnado na figura onímoda do mais ilustre dos seus filhos, ter garantida a continuidade das suas verdadeiras instituições. E, muito mais ainda, ver anunciada, *urbi et orbi*, a legitimidade intrínseca de um movimento insurrecional de oposição ao ordenamento formalmente jurídico emanado de uma assembléia nominalmente existente.

Esse paradoxo imenso, a legitimidade na exceção, ousou reivindicá-lo o General. E, o mais formidável, transmudá-lo em idéia-força e jurisdicioná-lo, fazendo-o aceitar como legalmente válido.

Conseguiu-o, na sua solitária odisséia, o General, por ser não um chefe de partido ou facção política no exílio, ou comandante militar na disputa do Poder, mas a expressão corpórea da alma imortal da própria França.

Pode fazê-lo, unicamente o General, na qualidade de Homem de Estado, ciente como Aristóteles da distinção entre o justo natural e o “*justo legal*” e, por isso mesmo, consciente do caminho a seguir nessa encruzilhada fatal.

Não afrontou a ordem jurídica existente pelo desvalor dos seus preceitos, senão para legitimá-la no sentimento ancestral de um povo e nos objetivos permanentes de uma nação cuja primeira aspiração é o existir. Mas existir “*libre, dans l'honneur et dans l'indépendance*” (“*livre, na honra e na independência*”).

Contestou-a de fato e de direito para não permitir que aquele mesmo ordenamento, inadaptado estruturalmente às crises e emergências excepcionais, viesse a transformar-se – sem clamor algum de protesto, no sudário de morte do Estado francês.

Porém, nem mesmo a convicção inabalável da justeza do seu gesto histórico em “*assumir a França*” jamais o confundiu quanto à natureza de exceção da legitimidade profunda

que encarnava, oriunda daquele apelo “*vindo do fundo dos séculos*”.

A desconcertante resposta, entre gentileza e ironia a Henry Queiulle, em Argel, no ano de 1943, remarcando-lhe o caráter insurrecional do governo que integrava, ressalta, no âmago de uma situação de fato, a dominância de um raciocínio sob cânones eminentemente jurídicos e sua conformidade ao aspecto legal da legitimidade.

O grande cabo-de-guerra, por sua formação humanista (*au fond des victoires d'Alexandre on retrouve toujours Aristote – no fundo das vitórias de Alexandre encontra-se sempre Aristóteles*), pelo conhecimento profundo das lições da História e por uma visão inigualável de estadista, sabia e, muito mais que isso, sentia, no poder de fato, que assumira a imprescindibilidade da autoridade legal inerente ao Estado. Pois, como já dito alhures, “*só a ordem jurídica define uma nação civilizada; só ela lhe desvenda e realiza o futuro; só ela eterniza e marca, na universalidade das nações, o lugar de um verdadeiro Estado*”.

Como bem salienta Guy Mollet, em recente obra sobre a Constituição Francesa de 1958, “*a idéia que, cumprindo o seu dever em 1940, pudesse ser taxada de ilegitimidade, mesmo quando o poder legítimo abdicava, lhe era insuportável*”.

O estabelecimento de uma estrutura de governo – de caráter provisório, o reconhecimento internacional da França Livre, a manutenção do princípio da soberania do povo francês e das instituições legítimas do Estado republicano –, vale dizer, a jurisdicionalização de sua conduta histórica foi-lhe preocupação dominante desde a primeira hora.

Atormentava-o a idéia de que tudo acontecera pela vacância, na legislação francesa, de mandamento que assegurasse, sem ruptura da legitimidade constitucional, poderes, ao Presidente da República, suficientes para enfrentar situações de gravidade excepcional e manter,

nessas conjunturas, a independência e a integridade do país.

Daí porque, em coerência tenaz com o seu passado, em 1958, quando de volta à dignidade de Chefe do Governo, fez incluir nos dispositivos da Carta Magna francesa, durante os trabalhos de reforma constitucional, o atual artigo 16, que assegura ao Chefe do Estado os poderes necessários para tomar as medidas exigidas pelas circunstâncias.

“Quando as instituições da República, a independência do país, a integridade do seu território ou o cumprimento dos seus compromissos internacionais estiverem ameaçados de maneira grave e imediata, e o funcionamento dos poderes públicos constitucionais estiver interrompido.”

Poderes, inexistentes em 1940, que permitissem o Presidente Lebrun transportar-se a Argel e continuar a guerra, compelindo-o a convocar, *in extremis*, o venerando Marechal Petain para a Chefia do Governo, *“abrindo assim caminho à capitulação”*, como fez lembrar, com propriedade, o General, ao justificar tão audaciosa e revolucionária norma ao Direito Constitucional francês.

E quando, nos debates sobre o texto, o mesmo Guy Mollet apresentou-lhe os riscos e perigos que poderiam conduzir o uso abusivo de tal preceito, o General lhe respondeu peremptoriamente: *“Introduza no texto todas as medidas de salvaguarda, todas as precauções que desejar, mas façamos de sorte que aquilo que se produziu em 1940 não seja mais possível.”*

Poderes que, a 23 de abril de 1961, já institucionalizados, permitiram-lhe, na plenitude *“de la légitimité française que la Nation m’a conférée”* (*“da legitimidade francesa que a nação me conferiu”*), enfrentar e vencer a revolta dos generais de Argel, *“un quarteron de généraux en retraite”* (*“um punhado de generais reformados”*), conjurar a guerra civil iminente, prosseguir na política de descolonização, iniciada e consagrada posteriormente por imensa maioria de votantes, e

assegurar, uma vez mais, ainda, a integridade do Estado francês a tão duras penas defendida desde o imortal apelo de 18 de junho.

Qual outro o teria conseguido, como fez o General naquelas circunstâncias – a mais grave crise entre o Exército e o Poder Político na França do pós-guerra –, por maiores recursos que dispusesse?

Quem, senão *“ce vieil homme, recrú d’épreuves”* (*“este velho extenuado de provações”*), seria detentor de tamanho prestígio para dirigir-se à Nação, naquela crise, em termos tão pessoalmente tocantes e, ao mesmo tempo, de tal modo imperativo?

“Eh bien, mon cher et vieux pays, nous voilà donc encore une fois ensemble devant une lourde épreuve. En vertu du mandat que le peuple m’a donné et de la légitimité nationale que j’encarne depuis vingt ans, je demande a tous et a toutes de me soutenir quoi qu’il arrive.”

“Ah, meu querido e velho País, eis-nos, ainda uma vez, juntos, diante de uma pesada prova. Em virtude do mandato que o povo me concedeu e da legitimidade que eu encarno, após vinte anos, peço a todos e a todas que me apoiem, aconteça o acontecer.”

Quem, senão ele, revestiria de maior autoridade o legado deixado ao Exército de sua Pátria, quando, ao evocar aquela Guerra da Argélia, perante dois mil oficiais, durante as celebrações do 17º Aniversário da Libertação da Cidade de Strasbourg, pronunciou essa lição imperecível.

“Mas, desde que o Estado e a Nação tenham escolhido seus caminhos, o dever militar está fixado de uma vez por todas. Fora dessas regras, ele não pode existir, restando apenas soldados perdidos.”

Afortunado país capaz de gerar um varão que encarnasse, não durante vinte, mas por quase trinta anos, a legitimidade nacional sobrepairando o horizonte visual dos partidos políticos e suas querelas, mantendo durante todo

esse tempo, *dentro ou fora do governo*, o significado de sua presença, sua profunda ligação com o povo e o seu pacto inquebrantável com as raízes da nacionalidade.

Afortunado solo capaz de gerar um varão cuja magistratura moral, tão destacadamente superior e autêntica, pudesse curvar não apenas o adversário da véspera, mas triunfar de sentimentos antagônicos, inexpugnáveis ao raciocínio lógico, pois fundados em personalíssimas razões de ordem afetiva e emocional.

No comovente depoimento de Jean Pouget, testemunhamos Madame Philippe Pétain, viúva do ex-marechal de França caído em desgraça, desejando civicamente pronunciar-se no primeiro *referendum* da V República, a 28 de setembro de 1958, confusa, ainda no dia mesmo da consulta popular, a ponto de procurar na missa matinal o auxílio para o seu drama de consciência, declarar, posteriormente ao seu voto: “*Cum pri o que o meu marido haveria de ter feito no interesse da França – ‘J’ai dit oui a De Gaulle’*” (“*Eu disse sim a De Gaulle*”). O voto favorável ao General era, mais uma vez, o “*sim*” à própria França.

Quem percorrer a existência desse extraordinário condutor de homens verá a constância do seu amor “*sans defaillances pour la France*” (“*sem desfalecimentos pela França*”) traduzir-se na procura incessante da legitimidade para seus atos; no esforço incansável para o aprimoramento das instituições democráticas francesas; na proclamação impertérrita do direito a autodeterminação dos povos; no reconhecimento diuturno do valor da Liberdade para o destino das nações; na defesa dos direitos individuais face ao gigantismo estatal; e na advertência, de público, reiterada sobre a perda de qualquer superioridade política, jurídica e moral dos governos que, sob quaisquer pretextos, negam esses valores, terminando por se nivelarem aos próprios sistemas que pretendem combater.

Verá que, mesmo fiel à política da “*France aux mains libres*” (“*França de mãos livres*”), jamais

tergiversou quanto aos compromissos com a liberdade – o seu posicionamento nas crises do “Muro de Berlim” e dos “Mísseis Soviéticos em Cuba” são apenas dois marcantes exemplos. Testemunha-o, insuspeitamente, o General norte-americano Vernon Walters, no livro *Poderosos e Humildes*, recentemente publicado pela Biblioteca do Exército:

“Por vinte e cinco anos, de uma posição privilegiada observara este grande homem. Ele era uma personalidade complexa. Amara tanto a França que se identificava com ela. Às vezes isto o tornou um aliado difícil. Porém, quando a situação se agravava, ele sempre ficava ao nosso lado.”

Verá, finalmente, que esse filho ilustre, mesmo sem possuir acentuada vocação liberal, por temperamento e profissão, jamais, fossem quais fossem as pressões do momento, confundiu a legitimidade profunda que encarnava, “*a côté des littérales dispositions constitutionnelles*” (“*ao lado dos literais dispositivos constitucionais*”), com o direito de exercer o Poder desvinculado do pronunciamento expresso e soberano do povo, única fonte legítima, por ele mesmo reconhecida e proclamada, daquele mesmo Poder.

O respeito à vontade nacional, livremente expressa, e o conseqüente acatamento às suas decisões avultam – para a honra da França –, como o traço dominante e permanente da atuação pública desse homem de armas incorruptível, a tentação de empolgar o poder pela força ou dela valer-se arbitrariamente para impor suas verdades à consciência dos seus concidadãos.

Comportamento, ressalte-se, tanto mais valioso, tanto mais dignificante, tanto mais sublime, quanto sabidas as restrições que sempre manteve ao povo de sua Pátria – “*franceses que tão alto guardava no coração e tão baixo os via*” –, como lembra Philippe Alexandre. Restrições por sua inconstância, seu imediatismo, pela sua lassitude e pelos “*ferments de dispersion*” (“*fermentos de dispersão*”) que cultivava, incompatíveis, uns e outros, com os cimos grandiosos, únicos ao seu

ver, dignos de uma nação *“dout le génie est d’éclairer l’univers”* (“cujo gênio é iluminar o universo”).

Testifica-o o diálogo pungente, mantido com Michel Droit, a propósito desse tema sempre tão presente e angustiante para o General.

Este, depois de lamentar a falta de ambição nacional dos povos modernos, começa a meditar em voz alta, quase em solilóquio, desesperançado pelo tão pouco interesse dos seus compatriotas para com os destinos da França.

“Na semi-obscuridade, o General não é mais que uma sombra em minha frente. Uma sombra imensa cuja voz baixa como a luz do dia e cuja silhueta parece ir desaparecendo, pouco a pouco, sob as espáduas que se curvam e pelo desencorajamento das palavras.

“Repentinamente, de uma só vez, a sombra se alteia. Os punhos permanecem ainda apoiados no birô, mas os braços se distendem semelhantes a cabos de aço suspendendo uma estátua.

“A última frase do General fora: ‘Sim, os franceses viverão; eles manterão a sua vidinha.’ Então, bruscamente, a voz trágica e desesperada lança de suas profundezas: ‘Mais la France, elle ne vivra plus.’

Mas, não lhe desconhecendo as fraquezas, nunca lhe minimizou as grandezas, nem a capacidade inextinguível de ingentes esforços para as mais ásperas e gloriosas ações.

Transformar esse magma fluido inconstante e amorfo da vontade popular na rocha inquebrantável da consciência de uma nação, importava-lhe, não em sufocar essa vontade. Ao contrário. Despertar-lhe as potencialidades, contagiá-lo com um ideário superior e conduzi-lo as linhas de força, no supremo esforço do *“renouveau et du redressement”* – “da renovação e do reerguimento”.

Foi-lhe, a vida inteira, a lição reiterada, pela palavra e pela ação, que essa imensa tarefa transcende os poderes de um homem, ou de uma classe, por mais iluminado ou predestinado que se julgue ser.

É a missão comum da Nação por inteiro, tornada consciência, partícipe e responsável pelos

destinos do país, através de uma liderança superior livremente consentida. E, também, por um complexo institucional suficientemente forte para permitir e suportar o entrelaço das opiniões e a discussão das “Verdades” de cada um, dentro do clima de respeito e liberdade indispensável à validade de todos os resultados. Instituições, por seu turno, suficientemente fortes em sua legitimidade, para impedir o êxito da atuação desagregadora dos grupos patologicamente empenhados na destruição da ordem legal e do Estado dela decorrente.

Onde haveria lição intensamente mais dramática do valor e da eficácia desses postulados do que nos tristemente famosos idos de maio de 1968? Os ominosos tempos da *“chénilité”* (“desordem”).

Com a desordem nas ruas, com a universidade, o comércio, a indústria e os serviços paralisados por greve geral, com a subversão generalizando-se, com o povo amedrontado, com o governo perplexo, com os adversários prontos ao *“golpe de graça”* e assumir o poder, com a guerra civil novamente às portas, com sua amada França em novo perigo mortal e com o coração sangrando por aquela juventude que negava a espiritualidade patriótica, o General falou à nação.

Duraram suas palavras cinco minutos. Tempo apenas suficiente para reafirmar aos franceses a legitimidade nacional e republicana do governo e sua disposição de manter a ordem constitucional e para alertar-lhes quanto aos riscos de *“se resignarem ao poder do vencedor que se imporia autocraticamente ao desespero nacional”*. Tempo apenas suficiente para dizer-lhes que se algo existia de errado, a nação seria convocada na devida hora a pronunciar-se em *referendum* sobre as reformas a serem adotadas, mas que naquele momento estava mobilizada para uma ação cívica em torno dos poderes constituídos e das instituições legítimas; tempo apenas suficiente para concluir

garantido-lhes solenemente que *“a república não abdicaria, o povo se recuperaria, e que o progresso, a independência e a paz triunfariam com a liberdade”*.

Apenas cinco escassos minutos. Tempo bastante para ser contida a inundação, alterado novamente o curso da História e fazer um país mudar de mãos.

Assim, o povo francês, nas encruzilhadas decisivas do país, passou a ouvir a voz grave do seu velho campeão, convocando-o a pronunciar-se direta e responsabilmente sobre os rumos a serem seguidos, o que vale dizer, a construir o próprio destino.

Como bem ressaltado pelo Vice-Presidente Marco Maciel, no Prefácio à edição brasileira do *Fio da Espada*, através do *referendum*, *“la plus démocratique des voies”* (*“a mais democrática das vias”*), a vontade da nação francesa transmutou-se em centro de irradiação normativa. Aquele recurso foi utilizado pelo *Grand Charles*, não como uma contrafação para reafirmar o querer oficial tornando-o onipotente, porém *“como resposta a um imperativo, e um recurso para quem, em momentos de crise, e ao ver impugnadas as suas intenções, deseje certificar-se sobre se está ou não identificado com a vontade da nação tomada como um todo”* nesta feliz definição do esquecido e também General Antonio de Spínola.

Sob risco de desfigurar-se em contrafação inaceitável para o General, esse mecanismo constitucional – segundo depoimento de Alain Peyrefitte – deveria provir de proposta do Chefe do Executivo, que engajaria no processo toda a sua responsabilidade e o próprio destino político.

“Il faut que le Président annonce qu’il se retirera, s’il est désavoué.”

“É necessário que o Presidente anuncie que se retirará, se for desautorizado.”

Para o General, o *referendum* era um jogo de *“tudo ou nada”*. A legitimidade, como a verdade, não se compadece com meios-terminos.

Enquanto a vontade nacional assim expressa o escudou, pelo tempo que o povo francês, compreendendo ou intuindo os seus objetivos o secundou, enquanto a República assegurou-lhe crédito e confiança inabaláveis, não vacilou o firme timoneiro em enfrentar todos os mares conduzindo a nau da Pátria em sua singradura para a Grandeza.

A 27 de abril de 1969, talvez incomodado pela sombra do gigante, ou fatigado pelo esforço de longos anos para permanecer *“dans les sommets”* (*“nos cumes”*), ou, quem sabe, desejoso apenas de fruir a tranqüilidade da planície, esse mesmo povo rompeu o contrato famoso, negando-se a segui-lo no *referendum* sobre o “Senado e as Regiões”, cortando, com pequena maioria, a grande reforma institucional, que se seguiria *“vers la participation”* (*“rumo à participação”*), a obra síntese de toda a atuação política do General.

Os capitães das tempestades são mal aceitos nos ventos da bonança. Cumpria-se, mais uma vez, o vaticínio de Tácito: *“a marca dos grandes povos é a ingratidão para com seus grandes homens”*.

“Je cesse d’exercer mēs fonctions de President de la République. Cette decision prend effet aujourd’hui a midi.”

“Eu cesso de exercer as minhas funções de Presidente da República. Essa decisão tem efeito hoje, ao meio-dia.”

Um pouco abaixo, a assinatura inclinada:
“C. de Gaulle”

A epopéia, iniciada, solitariamente, em 18 de junho de 1940, chegara, definitivamente, a seu termo. O proscênio, vazio, poderia voltar às dimensões comuns. Nele, já não cabiam mais titãs.

Perdia o fio a espada que por trinta anos fora a honra de um exército, a esperança de um povo e a grandeza de uma nação.

Le Grand Charles reencontrava sua solidão. “*Et lui, lui seul pour témoin de sa gloire et de sa raison*” (“*e ele, somente ele, como testemunha de sua glória e de sua razão*”) do verso de Rimbaud. Regressava definitivamente ao seu verdadeiro reino. A torre hexagonal – forma geográfica da França amada – que mandara construir na velha mansão da Boisserie, por entre carvalhos seculares, e em cujos jardins refloria, em cores vivas, a cada nova primavera, o seu emblema: uma Cruz de Lorena, longa de dez metros. O mesmo local de onde, onze anos antes, atendendo a novo apelo da Pátria, saíra para reasumir o Governo e salvar, pela segunda vez, o Estado francês “*in articulo mortis*”.

Dezenove escassos meses após, no anoitecer outonal de 9 de novembro de 1970, treze dias antecedendo o seu 80º aniversário, como um daqueles gigantes da floresta atingido por fulgor dos céus, abatia-se aquele que a premonição do seu único igual – Winston Churchill – reconhecera como “*o homem do destino*”. O primeiro dos franceses pertencia agora à História. Não ocorrera apenas a morte de um homem; uma época também havia terminado.

“*La France est veuve*”, proclamou como legado histórico o Presidente Georges Pompidou.

“*A França estava viúva*”, e nada maior poderia ser acrescentado a esse testemunho supremo.

“*Cet homme d'un caractère si haut qu'on ne pouvait ni estimer, ni le craindre, ni l'aimer, ni le haïr, à demi.*”

“Este homem de um caráter tão elevado, que não se podia nem estimar, nem temer, nem amar, nem o odiar pela metade.”

(Bossuet, na oração fúnebre de Michel Le Tellier, Marquis de Louvois.)

A França pôde ser, finalmente, grande o bastante para reconhecer-lhe, unanimemente, a grandeza. Remanescente de outras eras, pro-

feta dos novos tempos, atravessou sua época em diálogo permanente com a posteridade.

Familiar à idéia da morte, aceita como “*o jogo divino do herói*”, viveu camoneamente as suas “*obras valerosas*” como se daquela lei fosse liberto, abraçando tarefas e enfrentando missões superiores à temporariedade humana.

Possante e solitário, desprezando todas as doutrinas e respeitando cada opinião, se impôs aos homens e dominou os acontecimentos. Destruiu mitos do determinismo e da irreversibilidade dos ventos da história. Forjou, com a tempera do seu caráter, o molde dos novos rumos para uma velha nação.

Estrategista pragmático na ação militar e na atuação política, insuperável na arte do aproveitamento das “contingências”, perlongou a estrada da vida candidamente leal aos ideais de infância cujos sonhos desconhecem obstáculos e acometem o impossível.

Consciente da sua incontestada primazia dentre seus compatriotas, este monarca, este prodigioso “*agente de mutação da história*” no dizer de Pouget, arvorou fielmente, durante toda a sua longa vida, as insígnias de uma corporação que se dedica sem restrições ao dever, à disciplina e à obediência, para se fazer reconhecer simplesmente por aquilo que sempre e apenas se julgou ser. Um soldado, um servidor da França.

Em suas próprias palavras:

“*Primus omnium salus patriae.*”

“Antes de tudo, a salvação da Pátria.”

* * *

Charles André Joseph Marie de Gaulle – Condestável da Cruz de Lorena. O mundo não verá outro igual.

* * *

Ilustres e pacientes amigos,
De um encontro desta magnitude e significado impõe-se fazer memória. Não iria o Desti-

no conjugar tantas efemérides – os 121 anos da fundação da Biblioteca do Exército, a data comemorativa do 62º aniversário do histórico l'Appel e a publicação do livro *O Fio da Espada*, síntese da vida e obra do “primeiro dentre os franceses” – para tudo extinguir-se sem um dia seguinte.

Que parta desta Casa do Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro, a iniciativa, justíssima, de honrar-se esta Mui Leal e Heróica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com o nome insigne de Charles de Gaulle em um dos seus logradouros, como fonte permanente de exemplo e inspiração para o nosso tão querido, tão sofrido e tão falto de auto-estima País.

Desnecessário um “Arco do Triunfo” para rememorar-lhe as glórias, ou ornado obelisco pa-

ra immortalizar-lhe os feitos. Na eloquência da simplicidade, tão a gosto do General, residirá o significado profundo da imorredoura mensagem.

Uma verdejante colina em solo brasileiro nobremente situado. Encimando-a, uma cruz granítica de duplos braços assimétricos – símbolo que inspirou uma grande nação a reencontrar o seu destino e, ao maior dos seus filhos, deu forças para constituir-se no seu campeão – eis o que a tanto bastará.

Quando as gerações futuras, defrontadas com esse singular monumento, questionarem-lhe o significado e razão de ser, bastar-lhes-á ser dito, sem maiores explicações, que, naquela cruz de pedra, eterniza-se o reconhecimento de uma nação inteira ao homem que um dia, sozinho, foi sua Pátria.

E elas compreenderão. Prouverá Deus. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



A Restauração de Portugal e do Brasil

José Gerardo Barbosa

A obra apresenta a biografia de Francisco Barreto Menezes no contexto das guerras de restauração e de expulsão dos holandeses, bem como seu desempenho no Governo do Estado do Brasil e na presidência da Junta de Comércio do Reino. O trabalho vem enriquecer a historiografia do Brasil Colonial, apresentando um conjunto de perfis de governadores, chefes políticos e militares da administração portuguesa. Apresenta um apêndice contendo textos documentais relevantes para conhecimento de seu biografado. É obra essencial para aprofundamento do conhecimento de nossa história.